



UM OLHAR SOCIOLÓGICO PARA OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES

Alessandro da Silva Guimarães¹

RESUMO

Pretendemos aqui uma leitura crítica na qual analisamos os desafios da constituição de políticas públicas para o segmento juventude(s). Desse modo, apresentamos como proposta central refletir os desafios presentes na constituição de políticas públicas que efetivamente dialoguem com a complexidade inerente as diversas realidades juvenis hoje vividas. Partindo de uma análise conjuntural mais ampla, na qual evidenciaremos elementos históricos e políticos que vem se transformando na sociedade contemporânea, buscaremos também destacar o equívoco de algumas políticas públicas, especialmente quando a dimensão da classe social não é tomada em sua importância (em especial para jovens de classes populares), gerando profundos movimentos de estigmatização. Destacamos o diálogo com autores como Abad (2003), Bango (2003), Carvalho (2001), Castro (2004), Neves (2008) e Spósito (2003), entre outros. Salientamos que as políticas públicas voltadas para a(s) juventude(s) podem e devem ser formuladas e implementadas de forma que o próprio jovem tenha ativa participação nesse processo, possibilitando que sua voz, seus desejos e aspirações possam de fato ter espaço efetivo na agenda pública não olvidando, no entanto, que, nesse processo, construir políticas públicas com e para os jovens remete-nos também a um exercício de tentar compreender e avaliar, num âmbito mais amplo, todo contexto político, cultural e social da nossa própria formação sócio-histórica que, ligada a um quadro institucional complexo e contraditório, interpreta o ser-jovem de maneiras diversas e por vezes contraditórias, o que ressoa diretamente nas representações sociais acerca destes sujeitos e, por conseguinte, nas formulações políticas a ele direcionadas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Juventudes. Desafios

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor adjunto do Departamento de Educação, Política e Sociedade – Centro de Educação – UFES (DEPS-CE-UFES). E-mail: alessandro2210@gmail.com.

INTRODUÇÃO²

Para falarmos de políticas públicas em nosso contexto histórico presente, é necessário, principalmente, refletir um pouco sobre a questão da democracia, princípio mais fundamental da nossa constituição e que, mais do que uma realidade efetiva, aparece para nós, cidadãos brasileiros, como um objetivo ainda a ser alcançado. É preciso enxergar um longo caminho pela frente para tal empreitada, tendo em vista que nosso *ethós* político foi constituído num processo histórico regido pelo autoritarismo que se expressa, sobretudo, na forma como administramos as coisas públicas – a *res publicas* – e, por conseguinte, na formulação e implantação de muitas – quem sabe a maior parte – das políticas públicas.

Falar em democracia é falar em participação e no respeito às diferenças. Um importante teórico que trata de tal questão é Touraine (1998). Ele afirma a importância do diálogo e do reconhecimento do outro na consolidação de um espaço político efetivamente democrático. Ao contrário de reconhecermos tão somente valores universais, é necessário constituir, segundo esse pensador, o que ele chama de direito à individuação, ou seja, o direito que tange ao ator em sua situação concreta – histórica e singular. O direito à individuação, todavia, não se confunde com o individualismo, pois, enquanto o individualismo coloca o indivíduo isoladamente, e somente ele, como responsável por todas as questões existenciais e problemas que o circundam, a individuação irá buscar o ator social não visto como um ser isolado, mas constituído numa cadeia de relações sociais com outros sujeitos, trazendo à tona a defesa de direitos subjetivos, como explica Touraine (1998, p. 73-74):

Já faz muito tempo que os direitos universalistas dos cidadãos aparecem-nos como enganosos se não forem aplicados às situações concretas [...]. Contra todos esses neocomunitarismos, a única defesa real consiste em dar prioridade ao ator social e cultural concreto, definido, pois, em última instância, em sua individualidade e liberdade pessoais. Esse reconhecimento do ator concreto não pode certamente se reduzir a um individualismo que como tal corresponderia apenas à situação e aos interesses de categorias muito limitadas [...]. E quanto mais esta afirmação de identidade, esta defesa dos direitos subjetivos é direta e forte, menos a

² Este texto é parte constitutiva da dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias de vida e projetos de futuro de jovens de classes populares: um estudo de caso de agentes jovens do município de Vitória/ES”, defendida no PPGE-UFES no ano de 2009.

ação reivindicativa apela a um princípio transcendente como a razão, a história ou a nação.

Para Touraine, dessa forma, as ideias de sujeito pessoal e de sujeito democrático passam a ser complementares e caminham na gênese do ser social. A reflexão, nesse sentido, volta-se para a análise das condições existenciais e iniciativas de cada um dos atores sociais – seja ele pessoal, seja coletivo – sendo ele, nesse processo, singular em relação aos outros e reconhecido como sujeito, igual a todos.

Portanto, as políticas públicas para a juventude deveriam ser formuladas e implementadas de forma que o próprio jovem pudesse participar ativamente de todo esse processo na condição de sujeito. Deve-se dar o espaço necessário para que a voz do sujeito jovem possa emergir e, assim, mostrar suas reais necessidades e aspirações. Todavia, pensar em políticas públicas para jovens significa também avaliar todo contexto político e social da nossa própria formação histórica, que cria todo um quadro institucional e toda uma complexa rede de cultura política que vai ressoar diretamente nas políticas adotadas e na forma como elas são implementadas. Deste modo, o grande objetivo deste trabalho é, partindo desses princípios, refletir criticamente o campo das políticas públicas para a(s) juventude(s) destacando as interrelações entre o Estado, a história das políticas públicas para os jovens (em especial no Brasil e na América latina) e os desafios que ficam hoje na (re)construção de tais políticas.

1. ESTADO, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR CRÍTICO E DESAFIADOR

Pensarmos na temática das Políticas Públicas significa também refletirmos sobre o papel do Estado na promoção dos direitos sociais dos cidadãos, já que, contemporaneamente, essa foi uma das principais funções que coube ao Estado. Conforme explicita Bobbio (2004, p. 72):

Enquanto os direitos de liberdade nascem contra o superpoder do Estado – e, portanto, com o objetivo de limitar o poder -, os direitos sociais exigem, para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado.

Dessa forma, falarmos de direitos sociais é nos reportar à promoção da cidadania e a observação de como essa cidadania é construída entre a esfera do Estado e a da sociedade civil. Contudo, conforme nos coloca Carvalho (2001), a cidadania, na sociedade brasileira, ainda é um objetivo a ser alcançado em sua plenitude. Segundo esse autor, nossa sociedade seguiu uma lógica distinta, por exemplo, da sociedade inglesa – que introduziu, já no século XVIII, os direitos civis (e um século depois foram introduzidos os direitos políticos e, posteriormente, os sociais). Ou seja, na Inglaterra, os direitos políticos e sociais se deram quando, de fato, se colocaram efetivamente os direitos civis.

No Brasil, todavia, ocorre de forma diferente, com mais de um século de atraso, se comparado com os ingleses, e o resultado é a participação quase nula da sociedade civil na conquista dos direitos mais elementares dos cidadãos, como nos mostra Carvalho (2001), ao esclarecer que, no período histórico que vai da colônia até a independência do País, os direitos civis, políticos e sociais praticamente não existiram. Assim, nossa “independência” não foi fruto de reivindicações e lutas da sociedade civil, das camadas populares, mas fruto das decisões e imposições de uma elite que decidia o futuro do País, enquanto a grande maioria da população ficava à margem de todos esses acontecimentos. Defendemos a ideia aqui de que isso vai gerar uma política autoritária que vai se refletir, inclusive, na formulação e implantação das políticas públicas e, também, nas políticas públicas voltadas para os jovens.

Entretanto, não podemos fazer dessa crítica um espaço da “não ação”, da “não proposta”, ou seja, de uma práxis invertida, alienante, que, tomando as ferramentas da crítica em suas mãos, procura censurar sem pensar numa outra conjuntura possível, numa busca pelo novo a partir das ferramentas que temos hoje, agora. A crítica é necessária, mas é preciso que ela se faça a partir de um minucioso trabalho analítico que procure reconstruir historicamente cada passo e que, em seus objetivos, nos traga a possibilidade de pensar mudanças não a partir de uma outra realidade, mas a partir desta realidade concreta, isso que somos nós, ou seja, a soma de nossos dilemas, de nossas conquistas, de nossos recursos. Por tudo isso, para pensarmos nas políticas de juventudes, é necessário pensarmos o que é uma

política pública e, antes de tudo, o papel do Estado nesse processo, tendo em vista que ele é a instância básica na formulação e implantação dessas políticas.

Nesse sentido, procurando construir uma análise crítica das políticas de juventude, focando especialmente o papel do Estado no desenho e na implantação desse tipo de política, Abad (2003) faz uma reflexão sobre os sentidos da própria expressão políticas públicas. Se política for entendida, segundo esse autor, como uma atividade na qual se questiona a validade de certas instituições, podemos pensar políticas públicas como uma ação governamental com via a determinados fins. Com base nesse argumento, Abad (2003) tira importantes conclusões que seguem:

- a) política pública representa o que o governo opta ou não fazer em frente a uma situação;
- b) política pública é uma forma de concretização da ação do próprio Estado, na qual ele investe seus recursos;
- c) as políticas públicas podem ser entendidas como instrumento privilegiado de dominação, tendo em vista que é delegado ao Estado o poder de unificar e articular a sociedade;
- d) as políticas públicas, como instrumentos de decisão, compõem-se também de uma dimensão ideológica de mudança que pode ou não estar explicitada em sua formulação;
- e) a decisão de explicitar ou não essa dimensão estará ligada à vinculação a uma racionalidade técnica ou a uma racionalidade política.

Essa racionalidade política, por sua vez, será influenciada por uma multiplicidade de fatores que Abad (2003) sintetiza, em suas palavras, da seguinte forma:

- a) o projeto político dominante (megapolíticas de desenvolvimento);
- b) as demandas, necessidades e interesses da população, com os canais e instâncias políticas para a sua expressão;
- c) os recursos disponíveis (técnicos, materiais, econômicos, humanos, etc.), concretizados na forma de um Gasto Público Social (GPS), por sua vez, subdividido em Investimento Social e Custos de Operação;
- d) as propostas alternativas e o capital político de grupos não hegemônicos.
- e) o desenvolvimento institucional da sociedade;

f) o contexto internacional.

Citando Bobbio, Abad (2003, p. 15) fala da necessidade de que, para que uma política pública de fato se faça, é preciso que “[...] uma situação determinada requeira solução por meio dos instrumentos de ação política”, o que significa que as decisões não devem caber somente em um corpo de técnicos ou de especialistas, mas devem ser tomadas de forma coletiva e, uma vez feito isso, que “[...] se convertam em vinculadoras de toda a coletividade” (p.15).

Em direção a uma reflexão de cunho mais filosófico com referência a esse quadro político, Abad (2003) mostra que, nos debates sobre as políticas públicas de juventude, a opinião pública e deliberativa dos atores em questão – ou seja, os próprios jovens – tem-se mostrado ausente dos debates, por isso:

Nesse sentido, o exercício de reflexão das políticas públicas de juventude quer contribuir no debate de desvelar e mudar as interpretações institucionalizadas que constroem os problemas políticos e o conteúdo dos conflitos entre jovens e a sociedade adulta. Quem define o problema, define também suas estratégias de solução (ABAD, 2003, p. 17).

É importante frisar, nesse aspecto, que, se, até algumas décadas atrás, a condição juvenil, tal como já falamos, era pensada meramente como uma transição da infância para a maturidade, que se faria na vida adulta, a juventude se tornou hoje, inclusive para as reflexões acadêmicas e as políticas públicas, uma categoria autônoma, com interesses e necessidades próprios.³ A marca que imprime essa nova condição juvenil pode ser explicada por vários fatores. Segundo Abad (2003), entre eles, podemos destacar:

- a) a crise da família tradicional e a multiplicação de novas formas de família, que reconstrói e ressignifica as próprias relações entre pais e filhos;
- b) o esgotamento da crença da educação secundária e universitária como instrumento de ascensão social;
- c) a emergência dos próprios jovens como novos atores sociais, o que proporciona mudanças dos velhos formatos institucionais e a necessidade de

³ Nessa direção, Abad faz uma importante distinção entre condição juvenil e situação juvenil; enquanto a condição juvenil está ligada à forma como uma dada sociedade “[...] constitui e significa esse momento do ciclo da vida”, a situação juvenil seria algo de maior complexidade, pois “[...] traduz os diferentes percursos experimentados pela condição juvenil a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana” (ABAD, 2003, p. 61).

- mudanças jurídicas e políticas focadas, tendo em vistas essas novas demandas;
- d) a dissolução das identidades trazidas, sobretudo, com o processo de globalização;
 - e) o encurtamento da infância e uma adolescência precoce, que se prolonga, muitas vezes, por mais tempo;
 - f) a crise da empregabilidade, já que, se o emprego certo representaria uma importante transição para o mundo adulto, hoje, com a instabilidade cada vez maior nesse setor, jovens e adultos encontram-se em uma situação indeterminada e descontínua;
 - g) os meios de comunicação de massa que tomam a cultura juvenil como algo socialmente muito valorizado, como se essa mesma cultura fosse universal e heterogênea.

2. A HISTÓRIA E OS DIFERENTES ENFOQUES SOBRE JUVENTUDE (S)

Bango (2003) procura, pela identificação dos desafios colocados pelas políticas de juventude na América Latina nas últimas décadas, destacar alguns dos enfoques ou pressupostos que fundamentaram as políticas públicas para jovens na América Latina, apontando, também, as tensões e desafios gerados pelos enfoques que se constituíram:

- a) a incorporação dos jovens no processo de modernização: predominante na década de 50, esse enfoque dava ênfase às políticas educativas e via no sistema educativo vigente, um instrumento de mobilidade social. O investimento em educação por parte do Estado se coloca aqui como uma forma de incorporar ao sistema social as novas gerações vigentes;
- b) o enfoque do controle social: predominante entre as décadas de 1960 e 1970, tem como pano de fundo histórico o período autoritário que se sucedeu com a instauração de ditaduras na maioria dos países da América Latina. Procurou reprimir as mobilizações dos setores juvenis que haviam, nos anos anteriores, adquirido uma participação social mais efetiva;

- c) o enfoque do “jovem problema”: coincide aqui com o período de transição democrática situado na década de 80 e caracterizado também pelo início da recessão econômica e da expansão da pobreza por todo o continente. Ganham ênfase, aqui, portanto, as políticas de caráter compensatório voltadas para os setores juvenis socialmente excluídos que eram também identificados por suas condutas delinquentes, representando um perigo para a segurança nacional;
- d) o enfoque dos jovens como capital humano: tem início na década de 90 esse paradigma, que encontrou, inclusive, uma grande força no atual governo Lula com a lei do menor aprendiz e que se preocupa com a incorporação dos jovens excluídos no mercado de trabalho. Os jovens são vistos aqui como uma forma de capital – o capital humano – que pode contribuir efetivamente para o crescimento econômico de um país.

Como afirma Spósito (2003), por outro lado, o Brasil é um país de grandes contrastes, à medida que, em meio a grandes mudanças modernizadoras que se processaram nas últimas décadas, permanecem instituições sociais e práticas políticas ainda arcaicas, com raízes nos valores e estruturas da sociedade patriarcal, fazendo com que as relações sociais traduzam isso. Em relação ao campo de políticas públicas para a juventude, Spósito (2003) destaca que vivemos hoje tempos sociais simultâneos que são marcas das relações contraditórias que se expressam nessa conjuntura. Assim, enquanto sequer conseguimos implementar, de fato, políticas sociais de caráter universal que atendam aos direitos que a modernidade assegurou como direitos básicos⁴ – como saúde e educação pública de qualidade, por exemplo – vivemos, de forma contraditória, “O dilema das novas formas de sociabilidade e de constituição das subjetividades no interior do movimento de globalização que constitui as sociedades atuais” (SPOSITO, 2003, p. 58).

Todavia, a autora nos chama a atenção para o fato de que pode ser observado também “[...] um campo de iniciativas emergentes e de formas inovadoras de proposições que têm os jovens como alvo” (SPOSITO, 2003, p. 58).

⁴ Spósito (2003) fala ainda do número significativo, embora em redução, do trabalho infanto-juvenil no Brasil e do crescente índice de desemprego entre os jovens no País.

Castro (2004, p. 293), ao enumerar as dificuldades e os elementos complicadores para a elaboração de políticas públicas para as juventudes, coloca-nos os seguintes erros geralmente cometidos:

- Não conceber os jovens como atores com identidade própria;
- Não se considerar a diversidade entre juventudes versus diversidades e articulação em relação a objetivos comuns;
- O jovem, o outro construído - pensar a juventude por um dualismo 'adulocrata' e maniqueísta e por antagonismos intergeracionais;
- Desconsiderar a especificidade quanto a direitos humanos – estudar, divertir-se, exercitar-se, investir em autonomia, buscar ser crítico-criativo e ter assegurada sua manutenção econômica e afetivo-familiar.

Para essa autora, deve-se, acima de tudo, ao elaborar programas voltados para os jovens, observar que:

Caberia pensar não políticas públicas para a juventude, mas políticas de/para/com as juventudes, o que significa tanto rejeitar políticas impostas por governos como, ao mesmo tempo, não minimizar o papel do estado. É do estado o papel de legislar, administrar e implementar políticas públicas em consonância com a sociedade civil (CASTRO, 2004, p. 300).

A autora, inclusive, fala da construção de um novo paradigma voltado para a construção de políticas de/para/com as juventudes e que é orientado por cinco parâmetros básicos que formam os princípios de sua proposta. Esses parâmetros seriam, segundo ela:

- a) ético-políticos – que, entre outros, considera os próprios jovens como atores estratégicos na sociedade e na própria gestão de políticas juvenis, respeitando sua autonomia e sua formação cultural;
- b) de identidades juvenis – em que se associam identidades juvenis e identidades por gênero, etnia e orientação sexual, entre outros, dando uma resposta mais precisa à heterogeneidade dos grupos juvenis;
- c) de projetos voltados à questão da gestão ou formatação institucional – integrando programas e fortalecendo as redes institucionais entre a sociedade civil e as políticas implantadas, incentivando formas de gestão mais democráticas e interligadas nos níveis municipal/local;

- d) de apoio – no que concerne a se construir uma relação mais horizontal e atuante dos jovens nos meios de comunicação, criando uma imagem positiva e participativa, procurando incentivar também a pesquisa e a troca de experiência dos programas e políticas voltados para o público jovem;
- e) vetores – que significa conjugar políticas universais e focalizadas, além de evitar corporativismos e representações dominantes que, de alguma forma, impeçam o livre trânsito dos jovens na criação e implantação de políticas de/para/com juventudes.

2.1 JOVENS E A IDEIA DE RISCO SOCIAL: UMA CRÍTICA AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS DA CAMADAS POPULARES

De acordo com as análises de Neves (2008), a ideia de “situação de risco”, que é colocada por grande parte dos programas sociais que se propõem a trabalhar com jovens dos segmentos populares no Brasil, segue uma lógica perversa de enquadramento social e moral. Na medida em que esses jovens não dispõem de equipamentos institucionais e materiais que lhes garantiriam a moratória social – que colocamos outrora como condição essencial para vivenciar de forma legitimada o período da juventude –, instituições públicas e privadas buscam intervir nesse processo. Muitas dessas instituições são de cunho filantrópico e buscam levar alguma forma de aprendizagem a esses jovens, muitas vezes com cursos de aprendizagem profissionalizante, tendo em vista que os jovens de famílias economicamente empobrecidas são pressionados a reduzir o tempo de investimento pessoal para se inserirem precocemente no mercado de trabalho (NEVES, 2008). Como nos explica ainda essa pesquisadora, sem um controle institucional mais efetivo das crianças e jovens de classes populares, eles passam a representar uma ameaça para essa mesma ordem institucional, tendo em vista que:

Diante da existência rarefeita de um aparato institucional que possa incorporar esse tempo liberado para crianças e jovens das camadas populares, portanto, sem controle imediato de agentes institucionais externos às famílias, estes interventores exaltam então os riscos atribuídos à mobilização, supostamente fácil, de crianças e jovens para atividades ilícitas ou desviantes. Esta preocupação tem fundamentalmente se manifestado por formas de classificação (ou exacerbação) de desvios, remetendo a vocabulários imprecisos, que servem para, indistintamente, designar certos segmentos de jovens, por supostamente se

encontrarem vivendo sob *situação de risco*. Este vocábulo é aplicado a uma grande variedade de situações, mas especialmente àqueles segmentos da população considerados sob precariedade material e social ou sob vulnerabilidade (NEVES, 2008, p. 2-3).

O uso deste qualitativo – “situação de risco”, amplamente empregado no Programa Agente Jovem, produz nesses jovens um efeito de estigmatização e acaba conduzindo ao que Neves chama de “periculosidade socialmente naturalizada”. Ora, é exatamente sob a égide dessa categorização que se inicia a necessidade, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil organizada e das organizações privadas,⁵ de um processo de intervenção urgente. Conjuntamente aos investimentos que aqui se instauram, “[...] agregam-se os gestores de programas sociais, que associam ou redefinem equipamentos institucionais sob novos campos de ação e de prestação de serviços” (NEVES, 2008, p.3). Cria-se, em nome da estigmatização social, todo um mercado de profissionais e clientela seletivamente recrutados nesse contexto acusatório.

No que concerne à constituição desses campos institucionais de prestação de serviços e à “[...] gestão social de princípios de integração de novas gerações das chamadas camadas populares” (NEVES, 2008, p. 4) que vão se constituindo, a pesquisadora nos chama a atenção para que possamos analisar mais detidamente os termos em que cada agente social incluído nesses campos, entendidos como projetos coletivos, “engajam-se”. É fundamental pensarmos este processo constitutivo a partir das relações de poder e de empoderamento que perpassam esses campos. A compreensão contextual das transformações que tais campos estruturados exprimem revelam uma conformação dos agentes institucionais aos efeitos perversos das condições sociais e históricas que os precederam. Por outro lado, essa dinâmica social constitui novas perspectivas vinculadas ao sentimento de insegurança ou estado de exclusão social, por exemplo, criando-se, assim, programas, projetos e profissionais para lidar com os problemas sociais advindos desse contexto. Os jovens das camadas populares, advindos das periferias urbanas, sobretudo, são, desse modo, compreendidos como problema de segurança pública.

⁵ Esses campos de intervenção criados por este contexto acabam, por vezes, segundo Neves (2008, p. 3), integrando “[...] muito mais organizações privadas que públicas ou estatais, embora as primeiras correspondam à transferência de prestação de serviços terceirizados”.

As propostas criadas chegam a esses jovens como medidas morais com fins disciplinares e controladores, haja vista que:

Pelo olhar absolutizante e hegemônico que venho pondo em relevo, os jovens das camadas populares são integrados sob a noção de perigo moral, em nome do qual diversas medidas disciplinares são legitimadas. Tais medidas têm se afigurado como investimentos para reafirmar ou internalizar a *auto-estima*, referência mágica e individualizante, capaz de abrandar efeitos de tendências sociais indesejadas. A internalização de valores que assegurem equilíbrio moral e psicológico aparece contraposta às alternativas compensatórias ao fechamento de possibilidades para construção de projetos por constrição de práticas, no entanto tradicionalmente valorizadas pelos pais que, necessariamente, acentuam o vínculo social pelo trabalho produtivo (NEVES, 2008, p. 04).

Existe, em nosso contexto político, então, entre os jovens das camadas populares, em especial, aquilo que Neves (2008) definirá como “enquadramento da inserção geracional” no qual o próprio Estado surge como agente interventor com a função de enquadrar, em padrões morais socialmente adequados, os jovens das periferias, resgatando-os do universo da marginalidade ao qual estariam supostamente lançados. Esse destaque salvacionista do governo, na verdade, vem apenas mostrar a hegemonia da perspectiva aterrorizante que dissemina em todas as classes sociais e acaba não se considerando ações e investimentos que de fato mobilizem políticas públicas para uma real inserção da geração jovem. Neves destaca também que, apesar de essas ações incidirem nos jovens das classes médias, elas “[...] são especialmente dirigidas às famílias consideradas *carentes* em bens materiais e, por dedução, em valores morais, porque, pressupostamente, estariam aptas a adotar estilos de vida desviantes ou distanciados daqueles específicos aos agentes afiliados à citada cruzada moral” (NEVES, 2008, p. 05). Desta maneira, a dimensão da classe social pode e deve ser tomada como questão de grande relevância para uma análise crítica das políticas públicas que vem se constituindo ao longo da história recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que analisamos ao longo deste artigo julgamos necessário um olhar que procure problematizar as políticas públicas para as juventudes a partir de uma

perspectiva mais crítica, a começar pelo próprio questionamento de todos esses pressupostos que são colocados em relação aos jovens. Por isso é necessário fazer algumas perguntas, em especial quando se trata da formulação de políticas públicas voltadas para jovens de classes populares moradores das periferias deste país: será que esses jovens são perigosos? Serão eles possíveis delinquentes? Será que suas condutas e comportamentos estão sempre sujeitos a desvios? Ora, vimos que isso pode pressupor um verdadeiro processo de violência moral e simbólica em relação a estes sujeitos e, longe de qualquer resposta *a priori*, é preciso, de algum modo, entender esses jovens como sujeitos concretos que se constituem a partir de condições sociais e históricas específicas – e a questão do pertencimento de classe é uma que se soma a tantas outras (tais como gênero, raça e tantas outras que destacamos ao longo deste trabalho). Isso é importante para que possamos escapar de preconceitos e armadilhas ideológicas preconcebidas. Afinal, as políticas públicas para a (s) juventude(s) surgem no bojo de um Estado que traz as marcas e os espectros ideológicos de um determinado horizonte histórico com todos os seus conceitos, preconceitos e limites.

REFERENCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas de juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas de juventude em pauta**. São Paulo: Cortez [Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert], 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Mary G. Políticas públicas por identidades e ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Situação de risco e auto-estima**: enquadramentos vitimantes. Anais do II Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes da América Latina hoje. Rio de Janeiro. Editora Rede Sérios/UERJ, 2008.

SPOSITO, Marília P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda (Org.). **Políticas públicas de juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

TOURAINE, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: EDUSC, 1998.